

A rarefação do saber e a refração da verdade: a transformação das políticas da verdade após Foucault

Lucas Sloboda¹ 

Resumo

Neste artigo, busco analisar como os processos de rarefação dos discursos de saber e o surgimento do sujeito suposto saber como novo agente na economia política da verdade reconfiguram o panorama das políticas da verdade na contemporaneidade frente às análises propostas por Michel Foucault. Articulado conceitos oriundos da analítica foucaultiana, como discurso, verdade e poder, argumento que a racionalidade política atual se distancia daquela descrita por Foucault no século XX, deslocando-se de uma economia política da verdade centrada no intelectual específico e nas instituições tradicionais de saber para uma microfísica discursiva protagonizada pelo homem comum. Com base nesse deslocamento, proponho que a rarefação das matrizes de produção do saber e a refração da verdade em espaços algorítmicos de enunciação implicam novas formas de subjetivação e governo das condutas, nas quais o sujeito não apenas consome, mas refrata o verdadeiro segundo sua esfera social protegida. Assim, o artigo objetiva demonstrar como as novas estratégias de veridicção operam no nível da enunciação, produzindo efeitos discursivos e políticos que racionalizam a verdade de modo fragmentado, personalizado e potencialmente capturado por dispositivos de poder imersos nas tecnologias digitais e na racionalidade neoliberal.

Palavras-chave: políticas da verdade; discurso; sujeito suposto saber; microfísica discursiva; neoliberalismo.

¹ Graduado em Letras pela Universidade de São Paulo. Doutorando pelo programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
E-mail: lucassloboda@gmail.com

The rarefaction of knowledge and the refraction of truth: the transformation of the politics of truth after Foucault

Abstract

In this article I seek to analyze how the processes of rarefaction of knowledge discourses and the emergence of the subject supposed to know as a new agent in the political economy of truth reconfigure the panorama of the politics of truth in contemporary times in relation to the analyses proposed by Michel Foucault. Articulating concepts from Foucauldian analysis, such as discourse, truth and power, I argue that current political rationality is moving away from that described by Foucault in the 20th century, shifting from a political economy of truth centered on the specific intellectual and the traditional institutions of knowledge to a discursive microphysics led by the common man. Based on this shift, I propose that the rarefaction of the matrices of knowledge production and the refraction of truth in algorithmic spaces of enunciation imply new forms of subjectivation and government of conduct, in which the subject not only consumes, but refracts the true according to their protected social sphere. Thus, the article aims to demonstrate how the new strategies of veridiction operate at the level of enunciation, producing discursive and political effects that rationalize truth in a fragmented, personalized way, potentially captured by power devices immersed in digital technologies and neoliberal rationality.

Keywords: politics of truth; discourse; subject supposed to know; discursive microphysics; neoliberalism.

As transformações das Políticas da verdade

Em meio a pandemia de Covid-19, o Conselho Europeu para Relações Exteriores (ECFR, na sigla em inglês) realizou uma pesquisa de opinião em nove países europeus, na qual indagava à população acerca da percepção que possuíam dos experts. Dentre os resultados, têm-se que “apenas 35% dos entrevistados avaliam o trabalho deles como benéfico, sendo que 38% desconfiam de que as recomendações dos especialistas têm motivação empresarial ou política e 27% simplesmente não confiam neles, em geral” (Roque, 2021). Tais resultados expõem que, para uma gama significativa dos entrevistados, a figura dos experts — cuja função política cumpre o exercício de mediação entre os discursos de saber científicos e a sociedade —, bem como das instituições tradicionais de saber as quais estão associados e com base nas quais exercem sua prática discursiva, não representam mais fontes legítimas e uníssonas de manifestação do verdadeiro.

Em paralelo ao contexto de deslegitimação da posição política desempenhada pelos representantes dos discursos de saber tradicionais (Eyal, 2019), as experiências comunicacionais estabelecidas com o surgimento das redes sociais exerceram uma profunda transformação, tanto das formas de produção e difusão dos discursos de saber, anteriormente sob o monopólio de aparelhos e agentes sociais específicos, quanto das relações que promovem entre os sujeitos e a verdade¹. Tal contexto histórico demarca um cenário que se difere sobremaneira daquele identificado por Michel Foucault acerca da transformação das *políticas da verdade* (Foucault, 1980-1981/2016; 1976/2011) durante o século XX. Especialmente ao considerarmos o contraste entre a posição e função social e política desempenhada pela figura do intelectual em ambos os períodos, ao que se agrega as atuais tecnologias digitais e suas possibilidades inéditas de gestão do saber.

Retomando as formulações de Michel Foucault concernentes às políticas da verdade, o autor identifica que a função e a posição social do intelectual em relação à política sofreu uma radical inflexão ao longo do século XX. Essa

transformação, identificada por Michel Foucault (1976/2011), permitiu-lhe demarcar a descontinuidade entre duas conjunturas históricas, bem como a gestão política da verdade que operacionalizam, a partir da demarcação de dois tipos diferentes de intelectuais: o universal e o específico. O primeiro, que se situa historicamente entre o final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, representa a encarnação dos valores universais que se sacralizavam no limiar da escritura. Também identificado com a figura do “grande escritor”, a função e posição social do intelectual universal não dependia de seu vínculo às competências administrativas e técnicas desempenhadas a serviço do Estado e do capital, como encontrado nas atividades exercidas por engenheiros, magistrados e professores. Pelo contrário, detentor de uma educação em direto, punha-se como porta-voz de valores universais e humanistas cada vez que convocado às mais diversas questões sociais.

A partir da Segunda Guerra Mundial, a posição de autonomia do intelectual universal passa a diluir-se em função de uma nova relação estabelecida entre teoria e prática, na qual a função do intelectual é atravessada por um processo de politização que se realiza a partir da atividade específica de cada um, proporcionando a produção de “ligações transversais de saber para saber, de um ponto de politização para outro” (Foucault, 1979/1989, p. 10). Nesse sentido, a função do intelectual especifica-se, passando a exercer sua atividade no exemplar, em setores determinados do social como a habitação, hospícios, laboratório, universidade, relações familiares e sexuais etc (Foucault, 1976/2011). Ao contrário do universal, o intelectual específico inscreve-se em uma historicidade em que os discursos de saber aliam-se às questões técnicas e ao desenvolvimento de estruturas tecnológicas a fim de instituir uma nova forma de poder político cujos agentes eram os cientistas (Foucault, 1979/1989, p. 11).

Não por acaso Foucault indica a Segunda Guerra Mundial como ponto essencial de transformação da articulação entre a posição do intelectual, e por sua vez dos discursos de saber, e as formas de governamentalidade insurgentes. Tomando a figura de Oppenheimer como exemplo maior, Foucault identifica, na

atuação daquele que se autodenominou como o “anjo da morte”, um ponto nodal entre as produções políticas da verdade, circunscritas às instituições e ao saber científico, e suas novas implicações políticas concernentes às formas de condução ou extirpação da vida, como no caso dos saberes produtores da bomba atômica (Foucault, 1979/1989). É na medida em que assume uma posição específica ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossa sociedade que o intelectual e os discursos de saber de cunho técnico-científico passam a desempenhar a função de matriz de racionalização segundo a qual os sujeitos tornam-se objetos, não somente da verdade de teor científico, como também das formas de gestão e governo dos dispositivos de saber-poder. A essa forma de governo, que se pauta na estreita relação entre discursos de saber e dispositivos de poder, Foucault (1978-1979/2022) denomina de biopolítica. Em vista disso, temos que

A biopolítica estava inextricavelmente ligada ao surgimento das ciências da vida, das ciências humanas e da medicina clínica. Ela deu origem a técnicas, tecnologias, especialistas e aparatos para o cuidado e a administração da vida de cada um e de todos, do planejamento urbano aos serviços de saúde. E deu uma espécie de caráter “vitalista” à existência dos indivíduos como sujeitos políticos (Rose, 2001, p. 1, tradução nossa).

Além da transformação histórica na racionalidade de governo das populações, a ascensão do intelectual específico enquanto um agente dos dispositivos de saber e poder implica, como demarcado, uma transformação que incide também sobre aquilo que Foucault compreende por *políticas da verdade* (Foucault, 1976/2011, 1980-1981/2016). Dado que a passagem da função do intelectual universal ao específico acarreta uma transformação dos dispositivos de produção, difusão e racionalização da verdade, o que remonta ao surgimento de um aparato técnico-científico associado aos discursos de saber operacionalizados como verdadeiros nas instâncias de governo biopolítico que recaíram sobre as sociedades.

Para compreender tal transformação cabe, primeiro, retomarmos a compreensão foucaultiana acerca da verdade. Nesse sentido, temos que, sob a influência da crítica nietzschiana ao idealismo alemão, a abordagem analítica proposta por Foucault adota uma perspectiva acerca da noção de verdade que

a compreende como uma criação social radicalmente mundana e contingente, uma vez que é concebida em função de relações de poder e produções discursivas historicamente situadas. Como afirma Silva Junior (2019, p. 134),

[...] toda sociedade, segundo Foucault, tem sua política geral de verdade, a saber, os tipos de discurso que esta sociedade aceita como verdadeiros, seus mecanismos e formas de distinguir enunciados, técnicas e procedimentos verdadeiros e falsos para alcançar a verdade e também o status daqueles que estão autorizados a dizê-la.

Portanto, a enunciação do verdadeiro em um discurso de saber é indissociável, por um lado, da qualificação que os indivíduos que o enunciam devem possuir, dos gestos que devem replicar, das circunstâncias nas quais devem estar situados, dos limites do léxico a ser mobilizado etc. (Foucault, 1971/2014). Por outro lado, ela é inseparável das contingências históricas que produzem a verdade segundo “um sistema de obrigações, independente do fato de, deste ou daquele ponto de vista, se poder considerá-la verdadeira ou não” (Foucault, 1980-1981/2016, p. 13). Desse modo, o sistema de obrigações que recai sobre um discurso será o fundamento, tanto para a discriminação entre o verdadeiro e o falso, quanto para o dispositivo que reveste essa distinção, bem como as possibilidades de enunciação do verdadeiro, com efeitos específicos de poder.

Sob o plano de fundo do processo de transformação dos regimes de governo e do surgimento da racionalidade biopolítica, Foucault assinala cinco traços históricos característicos desta nova economia política da verdade, a qual tem no intelectual específico sua figura de proa: o discurso científico é a forma legítima da verdade; a verdade é constantemente incitada e utilizada pela economia e pela política, assim como em meio às relações de poder que promovem; a verdade é objeto de uma intensa difusão e consumo, especialmente em aparelhos educacionais ou informacionais; é produzida e transmitida principalmente sob o controle de grandes aparelhos políticos e econômicos, como universidades, exército, mídias e afins; por fim, consiste no cerne de todo debate político e de seus respectivos confrontos sociais ou ideológicos (Foucault, 1976/2011, p. 217).

Contudo, passados quase 50 anos desde o diagnóstico foucaultiano a respeito das transformações das políticas da verdade e da função do intelectual enquanto dispositivo de saber em seu interior, cabe notar que, apesar de sua potencialidade crítica, as políticas da verdade sobre as quais Foucault se debruçou e formulou eixos de reflexão diferem-se em larga medida daquelas vigentes na historicidade atual.

Como postula Silva Junior (2019), enquanto na obra foucaultiana a economia política da verdade inscreve-se em instâncias tradicionais de produção e circulação dos saberes (como o discurso científico, universitário, estatal etc.) — bem como da função do intelectual específico enquanto agente de legitimação do verdadeiro, dado os procedimentos científicos nos quais se ampara a fim de manifestá-lo —, o regime político da verdade das sociedades contemporâneas atravessou importantes transformações desde as teses de Foucault. Segundo o autor, “isso se deveu não apenas a algo a que Foucault não teve acesso – a saber, o advento da internet –, mas principalmente ao funcionamento entrelaçado desta nova tecnologia com a política neoliberal pelo mundo” (Silva Junior, 2019, p. 101). De maneira semelhante, afirma Nikolas Rose (2001) acerca da transformação da racionalidade biopolítica frente à conjuntura histórica posterior às formulações foucaultianas:

Mas, ao contrário de Agamben e Bauman, acho que a biopolítica contemporânea difere em aspectos cruciais. Como muitos já apontaram, as racionalidades políticas de nosso presente não são mais inspiradas pelo sonho de assumir o controle da vida de cada um em nome do destino de todos (ver Rose, 1999). O ideal de um Estado social onicompetente que moldaria, coordenaria e administraria os assuntos de todos os setores da sociedade caiu em descrédito. A ideia de “sociedade” como um domínio único, embora heterogêneo, com uma cultura nacional, uma população nacional, um destino nacional, co-extensivo com um território nacional e os poderes de um governo político nacional entrou em crise. A ideia de uma “cultura nacional” deu lugar à de “culturas”, a identidade nacional a uma complexa gama de políticas de identidade, a “comunidade” à comunidades (Rose, 2001, p. 5, tradução nossa).

Nesse sentido, temos não somente uma transformação dos espaços de produção e circulação da economia política do verdadeiro, mas também uma mudança na relação que a verdade estabelece com o sujeito na atual configuração histórica das políticas da verdade. Em vista disso, e na esteira das postulações de Silva Junior (2019) e Nikolas Rose (2001), objetivamos discutir neste texto essas duas instâncias de transformação das políticas da verdade a partir da proposição de dois processos históricos concomitantes: a rarefação dos discursos de saber e a refração dos procedimentos de manifestação da verdade. Para tanto, recorreremos aos debates recentes quanto à reconfiguração da esfera pública e política em função da ascensão das redes sociais e da comunicação digital, bem como os efeitos produzidos nas instâncias tradicionais de saber e poder, a fim de demarcar a atual racionalidade de produção, circulação e governo vinculada às políticas da verdade.

A rarefação dos discursos de saber

O caráter de estabilidade e autoridade desempenhada pelas instituições disciplinares e biopolíticas do século XX, nas quais Foucault centraliza as instâncias de verticalização das políticas da verdade e das práticas de governamentalidade que recaem sobre o social, apresentam, nos dias atuais, uma posição de legitimidade muito diferente daquela encontrada pelo filósofo francês. Enquanto na razão biopolítica o controle do crescimento populacional consiste em um elemento, dentre outros, que visa o Estado como um fim em si mesmo, produzindo estruturas sociais de “longue durée” cada vez mais sólidas e generalizáveis socialmente, a atual paisagem sócio-política padece, por sua vez, dos efeitos do desmantelamento dessa razão governamental. Esta transformação advém daquilo que o próprio Foucault antecipou como sendo uma dramática “reprogramação do liberalismo” — noção que viríamos a conhecer segundo o nome de neoliberalismo —, bem como da recente ascensão de uma política antidemocrática que se voltou contra a sociedade e suas estruturas democráticas de legitimação e de prática política e institucional (Brown, 2019).

Como propõem Bennet e Livingston (2018), a atual crise das estruturas sociais garantidoras do funcionamento democrático da esfera social estende-se a uma crise também dos discursos e instituições de saber. Com base na noção de esfera pública, cuja conceitualização consagra-se a partir da obra *The structural transformation of the public sphere* (Habermas, 1962/1989), os autores postulam que sua mudança recente confronta diretamente a centralidade dos princípios democráticos no que competem à “autoridade informacional, derivada das instituições sociais e políticas que envolvem públicos confiantes e crédulos” (Bennet; Livingston, 2018, p. 126, tradução nossa). No cerne desse processo, encontra-se, segundo os autores, o colapso da confiança nas instituições democráticas de imprensa e política, bem como nas instituições educacionais e civis (Bennet; Livingston, 2018), cujo resultado empírico pôde ser constatado por meio da pesquisa de opinião do Conselho Europeu para as Relações Exteriores, com a qual abrimos este texto.

Em vista da contingência dos processos sócio-históricos supracitados, e retomando os cinco traços elegidos por Foucault acerca da caracterização histórica da economia política da verdade, deparamo-nos com uma profunda transformação em relação às sociedades disciplinares e biopolíticas contra as quais o autor se voltou. Tais modificações, na presente historicidade, incidem não somente nas instâncias de produção, difusão e circulação do verdadeiro, mas também nas próprias regras de formação que delimitam o espaço de verdade de uma prática discursiva. Nesse sentido, e agregando a esse cenário as tecnologias de governo empreendidas pelas políticas neoliberais pelo mundo, Silva Junior (2019, p. 101) é preciso em seu diagnóstico:

[...] a produção da verdade não está mais exclusivamente sob o controle de universidades e instituições estatais. Empresas privadas, desde então, estenderam seus próprios recursos para P&D, fomentando uma produção de conhecimento muito precisa e adaptada às suas necessidades de mercado. A difusão de realizações de pesquisa e/ou seus fracassos também mudou, porém em direção oposta. [...] a difusão do conhecimento tornou-se gradualmente mais parecida com a difusão da propaganda, tanto por causa da forma simplificada de sua linguagem quanto de sua função de

aumento de consumo. Nesse sentido, os agentes sociais tradicionais dotados do discurso da verdade, como cientistas e universidades, também foram afetados pela lógica econômica que emoldurou as verdades científicas. [...] Seu poder de opinião é chamado apenas como um apoio a mais, enquanto agentes legitimadores, no mesmo nível das estrelas de cinema e de outros influenciadores de opinião.

Se o intelectual específico representava o dispositivo legítimo de manifestação do verdadeiro nos discursos de saber biopolíticos e disciplinares, na atual economia política da verdade, tal figura é destituída da função de oferecer a palavra final aos domínios que interferem no fazer viver ou deixar morrer. Ademais, seu poder de tomar o “homem comum” como objeto passivo dos enunciados de verdade, que racionalizavam as possibilidades de objetivação e governo dos sujeitos, bem como a gramática de articulação entre as palavras e as coisas, é afetado em função de uma economia da verdade marcada pela rarefação dos espaços, procedimentos e agentes de produção do verdadeiro.

Nesse sentido, a internet e as redes sociais novamente exercem fator determinante nesse processo, uma vez que fornecem ao “homem comum” um meio de acesso a todo e qualquer conhecimento requisitado, inclusive disponibilizando uma infinidade de declarações, detentoras ou não de credibilidade ou legitimidade científica, opostas àquelas propagadas pelos agentes tradicionais portadores do saber. Diferentemente das dinâmicas de verticalização dos discursos de saber de outrora, que tomavam os indivíduos como receptáculos passivos de afirmações propaladas como verdadeiras ou falsas, o surgimento das redes sociais acarretaram o que pode ser considerado como “a transformação mais importante no regime de verdade da nossa sociedade: com tantas informações, com esse material contraditório, cabe ao consumidor decidir o que pode ser considerado verdade” (Silva Junior, 2019, p. 101).

Com isso, o intelectual específico, munido dos dispositivos técnico-científicos e institucionais, não mais ocupa a função de agente unívoco de legitimação da verdade a ser produzida e difundida socialmente. Na atual economia política da verdade, esta função passa a ser disputada com uma nova figura, um novo agente

legitimador da verdade: o próprio “homem comum”², disposto em uma dinâmica que o alça à posição de consumidor de verdades que melhor adequem-se aos seus desejos e preferências, tomando-as, portanto, como um objeto fetichizado, a despeito da verdade adquirida contrariar ou não as instâncias de saber consagradas.

Para que a verdade viesse a ser legitimada em função de seu valor enquanto bem de consumo para o homem comum, foi preciso que a totalização dos procedimentos de manifestação do verdadeiro, que encontravam nos domínios de saber do intelectual específico sua autoridade maior, passassem por um processo de rarefação. Tal processo não pressupõe, contudo, o fim das regras de formação discursivas, como caracterizado por Foucault (1969/2012). Afinal, os discursos de saber continuam a exercer-se enquanto dispositivos de racionalização às mais diversas relações de poder, haja vista, por exemplo, o vínculo entre o discurso científico e a política estatal ao longo da Pandemia de Covid-19. Tal processo de rarefação representaria, de fato, uma nova dinâmica de funcionamento do “princípio de rarefação” identificado por Foucault em suas conceitualizações arqueológicas (Foucault, 1971/2014, p. 49, 1969/2012).

Na arqueologia foucaultiana o “princípio de rarefação” cumpre indicar o processo histórico rarefeito e descontínuo de formação dos discursos, opondo-se, com isso, à esperança de uma fonte originária da qual o discurso histórico representaria um produto linear e contínuo. Na presente historicidade, por outro lado, constatamos um processo distinto de rarefação, agora vinculado aos procedimentos de manifestação da verdade, e não somente aqueles vinculados a sua formação: “enunciados cuja confiabilidade dependia do reconhecimento de um respeitado pesquisador, resultantes de uma série de procedimentos amparados em laboratórios, tornaram-se inflacionados, incessantes e generalizados, pois todos se sentem capacitados para discerni-los” (Silva Junior, 2019, p. 102).

O reposicionamento do sujeito nos procedimentos de legitimação do verdadeiro, que remonta às transformações das formas de governamentalidade e, conseqüentemente, das políticas da verdade recentes, longe de constituir o prelúdio de sua liberdade em relação aos regimes de verdade vinculados às formas

de governo e dominação históricas, demarca uma transformação das estratégias de objetivação e subjetivação que o vinculam ao verdadeiro. Uma vez que as regras de formação do dizer verdadeiro não mais remontam à univocidade das instâncias tradicionais de saber, dado o processo de rarefação da nova economia política da verdade, com seus novos agentes produtores do verdadeiro, propomos que tal transformação das formas de produção e legitimação da verdade dá-se pelo redirecionamento das políticas da verdade em função da *microfísica discursiva* do homem comum (Sloboda, 2024). Isto é, mediante a produção de discursos de verdade cujas condições de existência sejam segmentadas e direcionadas às expectativas específicas de autoidentificação do homem comum, que passa, assim, a mobilizá-las segundo um suposto saber prévio que as vincula diretamente às práticas de realidade com as quais se relaciona cotidianamente.

Logo, assim como a difusão do conhecimento passou a assemelhar-se com a difusão da propaganda (Silva Junior, 2019, p. 101), a economia política da verdade passou a assemelhar-se com produtos fabricados sob medida para que determinados grupos ou comunidades identifiquem-se com eles e os tomem como uma racionalidade passível de ser adotada e reproduzida. Haja vista, por exemplo, o papel dos dispositivos algorítmicos na segmentação de notícias durante a Pandemia de Covid-19, fazendo com que os usuários tomassem contato somente com publicações que reforçassem o espaço de verdade político, moral e ideológico correlato à sua atividade de busca, curtidas e compartilhamentos (Cesarino, 2022). Aspecto que contribuiu, sobremaneira, para a disseminação de *fake news* sem que os próprios usuários reconhecessem a falseabilidade da notícia, visto encaixar-se com a gramática de realidade incessantemente reproduzida em seu espaço de verdade (Sloboda, 2024).

A ideia de um discurso caracterizado segundo o status daquele que fala ou da posição assumida pelo enunciador, marcas de diferenciação das instâncias tradicionais de saber, próprias a era do intelectual específico, dissolve-se enquanto um espaço necessário de consagração. O homem comum se insere como sujeito da enunciação, não mais exclusivamente pela consagração social que agencia em

sua posição de enunciador ou como objeto passivo do verdadeiro, mas por situar-se em uma determinada gramática de verdade que consagra sua enunciação, visto estruturar formas legítimas de produção da verdade a partir das quais o sujeito se suponha criador e gestor. A posição do sujeito da verdade é indiciada, então, segundo a adequação de seu enunciado às dinâmicas de verdade e poder produzidas para/em certo espaço social de circulação discursiva, de uma microfísica discursiva, uma vez que nele encontrar-se-á um espaço de verdade e, por sua vez, uma gramática de veridicção adequada aos desejos e crenças de seus participantes.

Os discursos de totalização promovidos pelas instâncias tradicionais de poder chocam-se, então, com o reposicionamento do sujeito na economia política do verdadeiro. Esta, migra de um caráter de verticalização do verdadeiro para uma disposição transversal entre verdade, poder e sujeito. Com isso, a produção de narrativas sociais e históricas abre-se à possibilidade de ontologização no campo circunscrito pela “esfera social e protegida” (Brown, 2019) do homem comum. Lógica esta que tanto vimos ser reproduzida em meio aos discursos negacionistas durante a pandemia de Covid-19, os quais negavam a legitimidade do discurso científico em prol da autonomia decisória do indivíduo sobre as formas de tratamento e prevenção tidas como válidas ou inválidas (Sloboda, 2024). De maneira semelhante, constata Sader (1988, p. 312):

O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve por contrapartida a vontade de serem ‘sujeitos de sua própria história’, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isso acabaram alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano.

Nesse sentido, embora não possa desempenhar o papel de autoridade intelectual em instâncias tradicionais de saber, o homem comum torna-se habilitado a desempenhar a função de “autor” universal em sua microfísica discursiva. Contudo, como indicamos, tal autoria não implica o desvencilhamento das instâncias de poder, dado que a autonomia ilusória de discernimento perante

recortes de realidade e gramáticas de verdade passam a ser estrategicamente planejadas pelos novos atores e dispositivos (empresas privadas, escritórios de marketing, tecnologias algorítmicas, *BigTech's*, influenciadores políticos etc) da atual política da verdade. Em outras palavras,

[...] o ambiente digital do qual o homem comum retira seu conhecimento não é o campo natural de sua própria experiência. Longe disso, e devido à tecnologia algorítmica altamente desenvolvida, esse ambiente é cuidadosamente e completamente controlado. Isso significa que o homem comum, o usuário da rede, está dividido em uma situação dupla: por um lado, ele age livremente e decide sem restrições, a cada vez, a confiabilidade que merece cada informação à qual ele tem acesso. Por outro lado, o ambiente e as fontes de onde ele adquire seus conjuntos de informações são o resultado de um processo de seleção projetado e personalizado com precisão. Estamos aqui diante de uma forma indireta de poder: o poder sobre as possíveis ações do outro (Silva Junior, 2019, p. 102).

A refração da verdade pelo sujeito suposto saber

O reposicionamento do homem comum na atual economia política da verdade, na qual passa a ocupar o posto de produtor e consumidor em um mercado rarefeito de discursos de verdade, mais do que representar um ponto de cisão entre o sujeito e os discursos de saber-poder, aponta para uma nova relação entre ambos. Assim como no clássico jargão que demarca a relação entre consumidores e fornecedores de mercadorias, “o consumidor tem sempre razão”, na nova economia política da verdade, propomos que os procedimentos de manifestação do verdadeiro sofrem, concomitantemente à rarefação das matrizes de produção da verdade e da nova economia concorrencial dos discursos verdadeiros, um processo de refração da verdade com o surgimento do “sujeito suposto saber”³ (Silva Junior, 2019).

Valendo-nos do conceito de refração proveniente da física óptica, em que a passagem da luz de um meio óptico a outro altera as características da onda em função do desvio de sua trajetória, produzindo a imagem de uma curiosa distorção dos objetos, postulamos que o surgimento do “sujeito suposto saber” (Silva

Junior, 2019) — representado pelo homem comum segundo sua nova posição de consumidor de verdades e autor universal de instâncias microfísicas do discurso —, demarca uma nova dinâmica e um novo espaço de propagação à atual política da verdade. De maneira semelhante ao fenômeno físico, e equiparando a verdade ao feixe de luz emitido, as propriedades desse novo espaço de propagação não somente alteram as características da economia política da verdade, mas também as imagens-verdades produzidas pela mudança de meio apresentam profundas distorções.

Nesse sentido, postulamos que a refração da verdade expressa-se pela transformação da lógica de procedimentos de totalização da verdade — próprios ao espaço do intelectual específico e à posição de passividade do sujeito perante a verdade — para técnicas de individualização do verdadeiro. Nestas, temos que, por um lado, o discurso de verdade especializa-se em função da microfísica discursiva racionalizada por determinado *contrapúblico* (Melo, 2021) ou arquipélago discursivo. Por outro, temos que a nova posição social do homem comum, agora consumidor do verdadeiro e “suposto saber” universal, passa a desempenhar a função de legitimador final das verdades produzidas socialmente, julgando-se apto a negá-las, reformulá-las ou reproduzi-las segundo sua nova autoridade social. Portanto, constatamos não somente que a rarefação dos discursos de saber acarreta uma economia política da verdade que produz discursos verdadeiros direcionados à mercados específicos, mas também que o consumidor dos discursos de verdade passa a refratar as verdades ofertadas em tais discursividades a fim de adequá-las ao espaço de verdade racionalizado segundo sua “esfera social e protegida” (Brown, 2019, p. 129).

Diferentemente da era do intelectual específico, o discurso não mais remonta à exclusividade de um conjunto de enunciados com procedimentos específicos de produção do verdadeiro e que se totalizariam sobre o social. Na era da rarefação e da refração da verdade, esta é pensada no nível estratégico, de modo que as técnicas de poder ajam no nível da enunciação, e não somente do enunciado⁴. Tomando de empréstimo a noção de “microfísica do poder” (Foucault,

1977/2019), a qual decentraliza a analítica do poder e a direciona às relações capilares e moleculares do social, temos que essa transformação estratégica das políticas da verdade — que produz novas condições de existência à economia política do verdadeiro e aos sujeitos inseridos e afetados por sua razão discursiva — volta-se agora à microfísica enunciativa a fim de traçar a anatomia estratégica de construção do dizer verdadeiro a partir da qual o homem comum racionaliza suas práticas de realidade mediante a refração da verdade. Nesse sentido, a noção de Microfísica discursiva (Sloboda, 2024) nos permite demarcar a instância de atuação dos discursos segundo sua nova disposição estratégica, que incide sobre as possibilidades de enunciação e de refração da verdade a fim de estruturar um espaço de verdade e uma gramática do dizer verdadeiro na qual o sujeito se suponha criador e gestor.

Com isso, as políticas da verdade passam a agir sobre o modo como os sujeitos inserem-se na cadeia de racionalização do poder, desempenhando, assim, a função de sutura entre o discurso de poder e as possibilidades de conduta que lhes cabem na realidade na qual se situam. Nesse sentido, a nova função desempenhada pelo sujeito suposto saber não se daria pela confiabilidade das instâncias de poder em seu estatuto de excelência intelectual. Como nos aponta Silva Junior (2019, p. 107),

Pelo contrário, sua ascensão ao lugar de sujeito suposto saber depende de um controle refinado das estruturas sociais de reconhecimento desse seu novo posto, isto é, do seu ambiente discursivo mais imediato. Como afirma Foucault, trata-se de uma evolução tecnológica verdadeiramente demoníaca, capaz de articular formas de gestão totais, de amplitude biopolítica, com formas de vigilância individualizadas, que conduzem silenciosamente suas conclusões garantindo sua impressão de autonomia e de descoberta.

O funcionamento algorítmico nas redes sociais serve-nos como um exemplo contundente dessa “evolução tecnológica verdadeiramente demoníaca”. A esperança de democratização da informação entra em colapso com a formação de verdadeiras oligarquias discursivas, nas quais os discursos de saber tradicionais

são refratados em função da afinidade eletiva das formas de racionalização da verdade encontradas nos *espaços de verdade* (Foucault, 1971/2014) das comunidades virtuais (Cesarino, 2022). Com isso, tal lógica de ação conectiva, como definem Bennett e Segerberg (2012), ao pautar-se no compartilhamento das próprias crenças do sujeito suposto saber em comunidades que o retribuem com reconhecimento e validação de suas ideias e ações, potencializa uma dinâmica de produção de formas de racionalização da verdade insulares aos discursos de saber tradicionais, bem como autocentradas em sua própria microfísica discursiva (Sloboda, 2024).

Encerrados em jogos de linguagem autocentrados, cujo teor de credibilidade das mensagens amparam-se na reativação das próprias expectativas de revelação da verdade de cada um dos integrantes do grupo, os procedimentos de manifestação da verdade dissociam-se do crivo racionalista do saber científico a serviço de testemunhos de si em cada fragmento de realidade refratado e violentado pelo sujeito suposto saber. Não por acaso a noção de que o sujeito estaria “sendo enganado” pelas instituições tradicionais de saber (universidades, mídias tradicionais, instituições políticas, etc.) compõe um traço idiossincrático às políticas da verdade populistas do século XXI.

Na atual política da verdade, aquilo que era tomado como senso comum — desde a esfericidade da Terra até a eficácia das vacinas ou a existência de campos de concentração na Alemanha fascista — passa a ser encarado com suspeita quando adentra a microfísica discursiva de determinado espaço de verdade. Visto que o homem comum, alçado ao posto de suposto saber, mais do que um efeito da verdade, passa a ser um produtor e defensor do verdadeiro, de modo que as informações que lhe chegam sobre o mundo e a sociedade devam ser racionalizadas segundo o espaço de verdade que lhe foi cuidadosamente projetado a fim de permitir-lhe não somente identificar-se com determinado discurso de verdade, mas se tornar um estandarte de revelação e difusão do verdadeiro.

De fato, encontramos-nos sob um modo de governamentalidade pastoral ainda mais nefasto do aquele diagnosticado por Foucault (Silva Junior, 2019). Mais

do que conhecer o que se passa na cabeça das pessoas, explorar suas almas, forçá-las a revelar seus segredos mais íntimos (Foucault, 2010), a atual política da verdade passa a produzir condições de existência discursivas para que tais formas de atuação do poder revelem-se como o próprio suposto saber do homem comum. Este, embora se suponha detentor da verdade que enuncia, encontra-se governado por espaços de verdade que racionalizam as possibilidades de produção do verdadeiro a fim de fazer do enunciado, bem como do sujeito e do traço de realidade que enuncia, uma instância atravessada pela verdade e, por isso, também pelo poder.

Dessa forma, assim como o poder age de maneira específica em função das relações sobre as quais se estabelece, e em vista da rarefação e refração dos discursos de saber, temos que as estratégias enunciativas vinculadas à atual política da verdade não se estabeleceriam de maneira uniforme a toda e qualquer produção enunciativa. Pelo contrário, as estratégias enunciativas representariam níveis de especialização do poder em função da relação pendular que as instâncias de socialização e subjetivação impõem aos enunciados mediante o governo das condições de existência do verdadeiro (Sloboda, 2024). Logo, mais do que regras gerais de formação para um discurso, como encontramos nas teses de Foucault, a noção de Microfísica discursiva permite-nos problematizar o nível estratégico de racionalização do verdadeiro, o qual faz com que o processo de refração da verdade pelo sujeito suposto saber seja mediado por condições de existência específicas concebidas pelos novos agentes produtores da verdade.

Portanto, assim como “o que é feito, o objeto, se explica pelo o que foi o fazer em cada momento da história” (Veyne, 2008, p. 257), retomando uma das teses centrais do pensamento foucaultiano, as transformações recentes nas políticas da verdade apresenta-nos uma racionalidade de construção do dizer verdadeiro que deve ser acessada para além do teor de verdade ou falsidade das sentenças que produz. Devemos, ao contrário, tomá-la a partir da renovação de uma das perguntas centrais propostas por Michel Foucault em suas investigações sobre a verdade, a saber: “Por que, ademais do real, há o verdadeiro?” (Foucault, 1980-

1981/2016, p. 212). Como buscamos apresentar, uma hipótese de resposta à essa pergunta encontra-se na problematização da rede de contingências que tornam a atual política da verdade um fundamento de razão que nos situa neste tempo histórico, segundo suas práticas, discursos e relações. Nesse sentido, encontramos nos processos de rarefação dos discursos de saber e de refração da verdade pelo sujeito suposto saber efeitos estratégicos dessa nova conjuntura histórica, permitindo-nos propor instâncias de transformação à atual política da verdade que a permite ser operacionalizada como um dos dispositivos de poder centrais às formas de governamentalidade que atualmente recaem sobre os sujeitos e as sociedades.

Referências

BENNETT, L.; LIVINGSTON, S. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. *European Journal of Communication*, London, v.33, n.2, p.122-139, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0267323118760317>.

BENNETT, L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, London, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

CESARINO, L. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu, 2022.

EYAL, G. *The crisis of expertise*. Cambridge: Polity, 2019.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. A Função Política do Intelectual. In FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos VII: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 213-219.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 231-249.

FOUCAULT, M. *Subjetividade e verdade: curso dado no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. p. 35-54.

HABERMAS, J. *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: MIT Press, 1989.

LACAN, J. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise [1964]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller.

KAISER, J.; et. al. What happened to the public sphere? the networked public sphere and public opinion formation. In: CARAYANNIS, E. G.; CAMPBELL, D. F. J.; EFTHYMIPOULOS, M. P. (ed.). *Handbook of cyber-development, cyber-democracy and cyber-defense*. Springer: Cham, 2017. p. 1-28. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-06091-0_31-1.

MELO, R. Contrapúblicos e os novos conflitos na esfera pública. In: BATISTA, M.; RIBEIRO, E.; ARANTES, R. *As teorias e o caso*. Santo André: Editora UFABC, 2021. p. 269-296. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786589992295.0009>.

PERECINI, T. O enunciado no pensamento arqueológico de Michel Foucault. *Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia*, Marília, v. 7, n. 15, p. 135-150, 2015. DOI: <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2015.v7n15.5709>.

ROQUE, T. A queda dos experts. *Revista Piauí*, Rio de Janeiro, ed. 171, maio 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/queda-dos-experts/>.

ROSE, N. The Politics of Life Itself. *Theory, Culture & Society*, London, v. 18, n. 6, p. 1-30, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1177/02632760122052020>.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA JUNIOR, Nelson. The politics of truth and its transformations in neoliberalism: the subject supposed to know in algorithmic times. *Filozofski Vestnik, Ljubljana*, v. 38, n. 1, p. 133-144, 2019.

SLOBODA, L. As estratégias de construção do dizer verdadeiro nos enunciados do governo Bolsonaro e de seus apoiadores durante a pandemia de Covid-19. *Revistaft*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 130, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/as-estrategias-de-construcao-do-dizer-verdadeiro-nos-enunciados-do-governo-bolsonaro-e-de-seus-apoiadores-durante-a-pandemia-de-covid-19/>.

VEYNE, P. *Foucault, seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Notas

- ¹ Quanto a essa questão, basta compararmos brevemente a posição de passividade do espectador dos dispositivos de comunicação tradicionais (como rádios, canais televisivos, telejornais etc), os quais emitiam uma mesma mensagem a um grande número de pessoas em uníssono, e o atual dinamismo dos ambientes virtuais e de seus usuários, cujas dinâmicas comunicacionais e informacionais fragmentam-se em função dos dispositivos algorítmicos, bem como se segmentam dada a insularização das formas de interação (Kaiser et al., 2017, p. 440).
- ² A noção de “homem comum”, adotada até aqui, inspira-se na formulação de Hannah Arendt acerca “banalidade do mal” acarretada pelo contexto das sociedades fascistas do século XX, de modo que o homem comum — um bom vizinho, um marido gentil ou mesmo um modelo de exemplo comunitário — poderia ser também a fonte da violência e do terror encontrado nos regimes fascistas. Para os fins das discussões propostas neste texto, compreendemos que a atual economia política da verdade produz certa banalização do saber mediante o processo de rarefação de suas fontes de produção e legitimação, o que acarreta a possibilidade de ascensão do homem comum como um agente de legitimação do verdadeiro.
- ³ Apesar da origem remontar ao seminário 11 de Jacques Lacan (1985), adotaremos a noção de “sujeito supostos saber”, assim como feito por Silva Junior (2019), a fim de demarcar a posição de um sujeito que se reconhece como detentor de um saber que se sobrepõe aos demais saberes discordantes ou distintos ao dele.
- ⁴ Quanto a diferença entre enunciado e enunciação na obra foucaultiana, ver: Perecini (2015).

Recebido em: 13 set. 2025

Aprovado em: 09 jan. 2026